

Bruna Ferraz Braga-1

Patrícia Del Nero Velasco-2

1-Universidade Federal do ABC

2-Universidade Federal do ABC

Não é incomum observar apontamentos sobre a diferenciação entre licenciandos e bacharelados nas análises feitas por estudiosos da formação de educadores, observação ainda mais usual na área de Filosofia. Segundo VELASCO (2011, p. 28), “Há uma tradição universitária de se valorar, de modo diferente, os cursos de licenciatura e bacharelado em filosofia, priorizando-se este em detrimento daquele”. Neste contexto, os bacharelados são cursados por aqueles que (supostamente) são aptos a realizar pesquisas; sobre os licenciandos, supõe-se terem escolhido o curso por não possuírem aptidão para seguir com a carreira científica.

Essa distinção, embora carregada de preconceitos, traz consigo, para os que pretendem se licenciar em Filosofia, uma questão sobre a própria natureza da sua área, que, atualmente, é uma disciplina obrigatória no currículo nacional do Ensino Médio: seria possível um licenciado que não pesquisasse e ao mesmo tempo cumprisse plenamente seu ofício de educador? Seria possível para um professor ensinar Filosofia abstendo-se da atividade de refletir e filosofar?

Os problemas encontrados por aqueles que se dispõem ao Ensino de Filosofia para não-filósofos (GELAMO, 2007) são inúmeros. Além daqueles compartilhados por outras áreas, como os relacionados à desvalorização da carreira docente ou à inicial falta de interesse dos educandos, na Filosofia há o primordial problema da própria significação da filosofia – para os alunos e para o professor: o que é a filosofia no Ensino Médio? O que se objetiva com ela e qual o melhor conteúdo programático a ser oferecido para os alunos no decorrer do ano letivo para atingir o que se busca? Antes de qualquer coisa, é importante que o professor se coloque frente a essas perguntas e procure suas respostas para elas partindo de um referencial filosófico clássico, a saber, o que considera como sendo filosofia.

Para começar a ensinar algo, há que se saber o que esse algo é. Perguntar-se o que é filosofia é

colocar em pauta uma questão cuja essência é filosófica: as respostas ou conceituações possíveis de serem adotadas por aquele que se depara com essa questão são múltiplas e distintas. Desde o início da graduação é apresentada uma variedade de definições e posturas filosóficas para o licenciando, mesmo que indiretamente: através dos estudos de Nietzsche, por exemplo, pode-se aprender a enxergar a sua área de estudo sob uma perspectiva nietzschiana, o mesmo ocorrendo com a leitura de Platão, Descartes ou Kant, as quais implicariam em perspectivas filosóficas platônicas, cartesianas ou kantianas. A pergunta que se põe é a seguinte: estaria ciente o professor, ao preparar e ministrar sua aula no Ensino Médio, de que tanto a escolha do conteúdo programático como das estratégias didáticas já é sobredeterminada por uma (ou mais) perspectiva(s)?

O conceito de filosofia adotado (de modo consciente ou não) pelo futuro professor será um agente ativo na caracterização do que suas aulas virão a transmitir: “haveria consequências didáticas diferentes se supuséssemos, por exemplo, que a filosofia é essencialmente o desdobramento de sua história, ou se a entendêssemos como desnaturalização do presente” (CERLETTI, 2009, p. 17). Assim, podemos adotar na formação docente em filosofia, a ideia de que ela não se constitui apenas das disciplinas ditas didáticas, e sim, de toda a sua formação, curricular e extracurricular. Neste sentido, trata-se inevitavelmente de uma formação filosófica.

Portanto, “para levar adiante a tarefa de ensinar filosofia, uma série de decisões devem ser adotadas. Decisões que são, em primeiro lugar, filosóficas, para em seguida – e de maneira coerente com elas – elaborar os recursos mais convenientes para tornar possível e significativa aquela tarefa” (CERLETTI, 2009, p. 9). Neste sentido:

Qualquer que seja a identidade da filosofia, a determinação do que se ensina e de como se o faz – em nome desta (seja qual for) filosofia – não se pode realizar exclusivamente a partir do campo da

didática. Há, sim, que apresentar uma fundamentação filosófica para a questão posta. (VELASCO, 2011, p. 31)

No subprojeto Filosofia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) da Universidade Federal do ABC (UFABC), estudos sobre o Ensino de Filosofia sob uma perspectiva filosófica vêm sendo realizados como forma de subsidiar a formação dos licenciandos e futuros docentes. Temos defendido e considerado de suma importância os estudos da chamada Filosofia do Ensino de Filosofia.

O diálogo possível entre filosofia e sala de aula precisa ser construído a partir de fundamentos teóricos sobre a identidade da filosofia e do filosofar, a função e a finalidade da disciplina em questão, “o que” ensinar e “como” fazê-lo, as relações entre filosofia e sua história e, igualmente, entre filosofia e educação. Faz-se necessária, pois, uma filosofia do ensino de filosofia. (VELASCO, 2011, p. 29).

Partimos, assim, para a necessidade do licenciando, e do licenciado, colocar em construção uma conceituação do que considera sendo Filosofia; assim como desenvolver tal conceito. Também colocamos a possibilidade de transmissão de sua definição para os alunos aos quais ministrará as aulas, e a indispensável realização de pesquisas na sua área de estudo.

No PIBID, também se coloca a presença de reuniões e diálogos sobre o que se ensina. O caráter reflexivo, próprio da Filosofia, é sempre presente. Não podemos deixar de pensar e repensar nossa práxis.

O presente trabalho é fruto de pesquisas realizadas no âmbito do PIBID/UFABC, as quais visam oferecer suporte teórico para as reflexões e práticas realizadas neste processo de iniciação à docência.

Com o intuito de tomar o ensino de filosofia como problema filosófico de pesquisa, notamos que o próprio cotidiano e ambiente da sala de aula coloca questões que poderiam ser objeto de reflexão filosófica. O professor de filosofia, desde o começo de sua graduação, se depara com pontos de interrogação, e não apenas os que aqui foram apresentados (poderíamos considerar outros, presentes no seu cotidiano, seja na Escola ou fora dela, mas nos restringiremos àqueles que se referem ao nosso objeto de pesquisa: o ensino de filosofia). Desde o “seu início, a atividade de ensino ou transmissão da filosofia esteve estreitamente ligada ao seu desenvolvimento” (CERLETTI, 2009, p. 13) e, embora tenhamos passado por um processo de institucionalização da mesma, não podemos negar sua

ligação ainda existente e possível. Se tantas são as questões, é estranho que em alguns lugares ainda se considere o educador como mero transmissor de conteúdos, até porque, lembrando Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011, p. 47).

Defende-se, pois, que além do licenciando vir a se tornar um professor de filosofia, deve-se tornar também um filósofo: um filósofo da sua própria práxis. Se o educador não busca respostas para as perguntas imanentes do seu ofício enquanto professor de filosofia, possivelmente não desenvolverá plenamente sua capacidade de lecionar essa disciplina, pois, se não busca realizar caminhos rumo à conceituação, à argumentação e à problematização, próprias de sua área, como irá auxiliar seus alunos a realizá-los?

As vias para a realização passam primeiramente pela reflexão - própria do conhecimento filosófico - sobre o que se ensina e qual o papel que se está desempenhando.

Contrário a certa tradição universitária que valora os bacharelados em detrimento das licenciaturas, o presente trabalho defende que o licenciando é, sim, apto a pesquisar. É um educador-pesquisador em potencial, pois, longe da pesquisa e da docência em filosofia se excluem mutuamente, elas se complementam e criam possibilidades uma para a outra. Ademais, dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, há a possibilidade do licenciando experimentar a docência durante o seu processo de formação, permitindo ao futuro docente de filosofia ser “problematizado pela contingência de seu próprio presente e pelo fazer filosófico em seu dever de ofício: ser professor” (GELAMO, 2009, p. 32).

Observamos que, na formação do professor de filosofia, não basta o conteúdo aliado a técnicas pedagógicas. Sua formação passa também pela formação de um filósofo, crítico aos pressupostos do seu ato de ensinar e aprender. O subprojeto Filosofia do PIBID/UFABC se coloca a partir de um panorama onde o diálogo entre a filosofia e seu ensino é constante, construindo uma reflexão contínua, importante e necessária, sobre o ensino de filosofia como problema filosófico.

Referências bibliográficas:

CERLETTI, Alejandro. O Ensino de Filosofia como problema filosófico. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. Ensino de Filosofia para não-Filósofos. Filosofia de ofício ou ofício de professor: os limites do filosofar. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 98, p. 231-252, jan./abr. 2007

VELASCO, Patrícia Del Nero. Notas sobre o ensino de filosofia como problema filosófico. Dialogia, São Paulo, n. 13, p. 27-34, 2011.

Área: Filosofia; Ensino de Filosofia

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Formação; Fundamentação